

A importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família a cerca do uso da fitoterapia

The importance of professional orientation of family health teams a fence phytotherapy use

Andressa Lacerda Nóbrega

Graduada em Enfermagem pelas Faculdades Integradas de Patos- FIP, Mestranda em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: andressalacerdanobrega@gmail.com

Paula Taciana Dantas Ugulino

Graduada em fisioterapia pelas faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: taciugulino@hotmail.com

Danielle Ferreira Cajá

Graduanda em Agronomia; Mestranda em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: danycaja@hotmail.com

Antonia Elnaíde Ferreira Dantas

Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC; Mestranda em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: elinaideferreira@hotmail.com

Resumo: As plantas medicinais são definidas como aquelas capazes de produzir princípios ativos que possam alterar o funcionamento de órgãos e sistemas, restaurando o equilíbrio orgânico ou a homeostasia nos casos de enfermidades, assim como outras terapias, fazem parte da chamada Medicina Tradicional, a equipe de Saúde da Família deve atuar de maneira eficaz na orientação da adequada utilização dessa terapêutica complementar, tendo em vista a ampla utilização de plantas medicinais pela população que é atendida nas unidades de Saúde da Família. O objetivo desse estudo é avaliar a importância da orientação dos profissionais de saúde das equipes de saúde da família a cerca do uso da fitoterapia. A pesquisa se trata de um estudo bibliográfico realizado a partir da seleção de artigos, oriundos do banco de dados de Revistas e outras publicações literárias, datadas dos períodos de 2006 a 2014. Os resultados mostram que a utilização de plantas no tratamento de doenças e infecções é uma prática milenar, que continua sendo difundida na atualidade, e que no Brasil essa prática é reconhecida pela organização mundial de saúde, e pelo ministério da saúde, sendo regulamentada por lei, no entanto é importante o apoio e a orientação dos profissionais das equipes de saúde da família, em especial do enfermeiro, sendo ele considerado uma peça chave nesse processo, pois estes mantêm um maior vínculo com a população sendo conhecedor dos costumes e culturas em que a população está inserida.

Palavras- chave: Fitoterapia. Orientação. Saúde da Família

Abstract: Medicinal plants are defined as those capable of producing active ingredients that can alter the functioning of organs and systems, restoring organic balance or homeostasis in cases of illness, as well as other therapies are part of the so-called traditional medicine, the health team Family must act effectively in guiding the appropriate use of this complementary therapy, with a view to wider use of medicinal plants by the population that is served in the Family Health Units. The aim of this study is to evaluate the importance of guidance for health professionals of family health teams about the use of herbal medicine. The research is a bibliographical study from the selection of items, arising from the Journals Database and other literary publications, dating from the period 2006 to 2013. The results show that the use of plants to treat diseases and infections It is an ancient practice that is still widespread today, and that in Brazil this practice is recognized by the world health organization, and the ministry of health, being regulated by law, however it is important the support and guidance of professional teams health of the family, especially the nurse, it is considered a key player in this process, as they maintain a stronger link with the population being knowledgeable of customs and cultures where the population is located.

Key words: Phytotherapy. Orientation. Health

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais são definidas como aquelas capazes de produzir princípios ativos que possam alterar o funcionamento de órgãos e sistemas, restaurando o equilíbrio orgânico ou a homeostasia nos casos de enfermidades, assim como outras terapias, fazem parte da chamada Medicina Tradicional, a qual se refere a conhecimentos, habilidades e práticas baseadas na teoria, crenças, experiências indígenas e de outras culturas, usadas na manutenção da saúde e na prevenção, na melhoria ou no tratamento de doenças físicas e mentais, podendo ainda ser chamada de Medicina Alternativa ou Complementar (LIMA et al., 2014).

A primeira Lei relacionada à utilização de plantas no Brasil tem data de 17 de abril de 1996, em que foram elaboradas as diretrizes sobre as plantas medicinais, tanto sobre sua utilização, quanto sobre a pesquisa na área. A partir desta, várias outras Leis e Portarias foram criadas, mas a principal é a Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Essa portaria permite que usuários destes serviços tenham acesso a informações referentes aos fitoterápicos e as plantas medicinais diretamente na Unidade de Saúde da Família (BRASIL, 2006^a).

Essas possibilidades alternativas de tratamento levam a uma melhora no atendimento da população pelo Sistema Único de Saúde, em razão de proporcionar outra forma de tratamento e de prevenção de doenças (BRUNING et al., 2012).

A busca pela utilização de plantas a partir de conhecimento empírico já existente, muitas vezes consagrado pelo uso contínuo, tem direcionado muitas pesquisas, no entanto, grande parcela da população faz uso de plantas medicinais sem o conhecimento de sua toxicidade, forma de preparo ou indicação clínica (BRASILEIRO et al., 2008).

Atualmente, muitos fatores têm contribuído para o aumento da utilização das plantas como recurso medicinal, entre eles, o alto custo dos medicamentos industrializados, o difícil acesso da população à assistência médica, bem como a tendência ao uso de produtos de origem natural. Acredita-se, que o cuidado realizado por meio das plantas medicinais seja favorável à saúde humana, desde que o usuário tenha conhecimento prévio de sua finalidade, riscos e benefícios. Ademais, o profissional de saúde, especialmente o enfermeiro, deve considerar tal recurso de origem popular na sua prática de cuidar, viabilizando um cuidado singular, centrado nas crenças, valores e estilo de vida das pessoas cuidadas (ISERHARD et al., 2009).

A equipe de Saúde da Família poderia atuar de maneira eficaz na orientação da adequada utilização dessa terapêutica complementar, tendo em vista a ampla utilização de plantas medicinais pela população que é atendida nas unidades de Saúde da Família. Sendo assim, a equipe multiprofissional das unidades de saúde deve primeiramente investigar o uso de plantas medicinais pela comunidade, observar suas culturas, tendo em vista a obtenção de informações sobre como essa população utiliza a planta, para então elaborar uma estratégia de educação em saúde e assistência de melhor qualidade.

Pelo fato de identificarmos que o uso dos fitoterápicos no tratamento de doenças é uma prática que perdura gerações e gerações em diferentes culturas, e que na atualidade uma grande parcela da população utiliza desse meio alternativo de tratamento, observamos na literatura e na prática que as estratégias de saúde da família tem um papel importante nesse contexto. Diante disso surgiu o seguinte questionamento: Qual a importância da orientação dos profissionais de saúde das equipes de saúde da família a cerca do uso da fitoterapia como alternativa de tratamento?

Este trabalho é de grande relevância tendo em vista de se tratar de um tema importante para a saúde pública. Espera-se que esta pesquisa venha ampliar e esclarecer a importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família em relação ao uso dos fitoterápicos no tratamento de doenças e infecções, bem como possa servir de subsídio para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão dos acadêmicos e profissionais da área de saúde e áreas afins.

O objetivo desse estudo é avaliar a importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família a cerca do uso da fitoterapia.

METODOLOGIA

A pesquisa se trata de um estudo bibliográfico realizado a partir da seleção de artigos, oriundos do banco de dados de Revistas e outras publicações literárias, datadas dos períodos de 2006 a 2014.

No que se refere ao estudo bibliográfico, Cervo et al. (2007), relatam que praticamente todo o conhecimento humano pode ser disponível em livros ou em outros impressos. Quanto à natureza, esses documentos bibliográficos podem ser: primários – quando coletados em primeira mão, como pesquisa de campo, testemunho oral, depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios; secundários – quando são colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outros impressos, magnéticos ou eletrônicos.

REVISÃO

O uso das plantas no tratamento de doenças

Desde épocas remotas, as sociedades humanas acumulam informações e experiências sobre o ambiente que as cerca, para com ele interagir e prover suas necessidades de sobrevivência. Dentre tantas práticas difundidas pela cultura popular, as plantas sempre tiveram fundamental importância, por inúmeras razões, sendo salientadas as suas potencialidades terapêuticas aplicadas ao longo das gerações. No início das civilizações o cuidado a saúde era desenvolvido por mulheres, cujo conhecimento era adquirido no seio familiar, sendo isento de prestígio e poder social. Assim, passou-se a perceber uma estreita relação entre as mulheres e as plantas, pois seu uso era o principal recurso terapêutico utilizado para tratar a saúde das pessoas e de suas famílias (BADKE et al., 2012).

A utilização dos recursos da natureza para fins terapêuticos é uma temática tão antiga quanto a civilização humana e, por muito tempo, produtos minerais, de plantas e animais foram fundamentais para a

área da saúde. Ao longo da história, as plantas com finalidade terapêutica ganharam importância com a descoberta dos fitoterápicos e de novos fármacos, estando no reino vegetal a maior contribuição de medicamentos, a qual é relatada em sistemas de medicina milenares em todo o mundo (BRASIL, 2012).

Atualmente o interesse nas terapias naturais tem aumentado em todo o mundo, a fitoterapia destaca-se por buscar a cura das doenças bem como a prevenção das mesmas, quando utilizadas adequadamente. No Brasil a fitoterapia possui suas singularidades devido à ampla flora e a tradição do uso de plantas medicinais

Entretanto, com os avanços ocorridos no âmbito das ciências da saúde, novas maneiras de tratar e curar as doenças foram surgindo, como o uso dos medicamentos industrializados, gradativamente introduzidos no cotidiano das pessoas, não somente através dos profissionais de saúde como também, por campanhas publicitárias dos laboratórios que produzem tais medicamentos, que prometiam curar as mais diversas doenças. Mesmo com o desenvolvimento dos fármacos sintéticos, as plantas medicinais permaneceram como forma alternativa de tratamento em várias partes do mundo, observando-se nas últimas décadas a valorização do emprego de preparações à base de plantas para fins terapêuticos. (TUROLLA; NASCIMENTO, 2006).

As plantas medicinais representam atualmente a origem de 25% dos fármacos utilizados, sendo que isto se deve a grande flora mundial e as importantes propriedades terapêuticas conhecidas (ROSA et al., 2012).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), as plantas medicinais são consideradas importantes instrumentos da assistência farmacêutica, sendo necessário valorizar a sua utilização no âmbito sanitário, principalmente na população de países em desenvolvimento que dependem delas no que se refere à Atenção Primária a Saúde (BRASIL, 2012).

O uso da fitoterapia na atenção básica à saúde talvez represente mais que uma diminuição de custos, pois implica a aceitação do saber do outro, do usuário. Implica o vínculo e o respeito por valores culturais e condições de vida. Pode ser o resultado de uma parceria que rompe coma dicotomia entre os sistemas formal e informal de saúde (SAFORCADA, 2008).

A fitoterapia no Brasil.

No final da década de 70, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas na área. Desde então, em vários comunicados e resoluções, a OMS expressa o seu compromisso em incentivar os Estados-Membros a formularem e implementarem políticas públicas para uso racional e integrado da MT/MCA nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade. O documento “Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005” reafirma o desenvolvimento desses princípios (BRASIL, 2006b).

A demanda pela implantação da Fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) resultou em algumas políticas públicas nacionais e estaduais, e em várias iniciativas municipais no Brasil. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e a Política

Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS encontram-se em fase de implementação e têm suscitado reflexões sobre as dificuldades encontradas quanto ao conhecimento, entendimento e à aceitação dessas práticas. Nos países em que a principal forma de medicina praticada é a alopática, outras formas de atenção à saúde são consideradas complementares ou alternativas (KUREBAYASHI et al., 2009).

No Brasil, várias são as pesquisas realizadas que vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento e uso destas espécies vegetais, pois vem comprovando efeitos terapêuticos, possibilitando a utilização destas para tratamento de patologias (SHU, 2005; KALLUF, 2008).

A legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde iniciaram-se no Brasil a partir da década de 80, principalmente após a criação do SUS. Com a descentralização e a participação popular, os estados e os municípios ganharam maior autonomia na definição de suas políticas e ações em saúde, vindo a implantar as experiências pioneiras (BRASIL, 2006b).

Essa temática foi levantada no nosso país em diversas oportunidades, como em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, quando foi recomendada a introdução das práticas tradicionais de cura popular no atendimento público de saúde. Algumas iniciativas de utilização do conhecimento popular e científico disponível têm demonstrado resultados promissores e visível expansão, como o Projeto Farmácias Vivas da Universidade Federal do Ceará, organizado sob influência das recomendações da OMS acerca do emprego de plantas medicinais nos programas de atenção básica à saúde (ROCHA et al., 2011).

Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Saúde em 2004 em todos os municípios brasileiros, verificou-se que a fitoterapia está presente em 116 municípios, contemplando 22 unidades federadas.. A publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), Portaria nº 97114, de 3 de maio de 2006, foi fruto de anos de ensaios referentes a este tema. A política de caráter nacional recomenda a implantação e a implementação de ações e de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), o que inclui a fitoterapia, com o objetivo de garantir a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde com ênfase na atenção básica à saúde. Além de propor o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, visa contribuir para o aumento da resolubilidade do sistema com qualidade, eficácia, eficiência, segurança, sustentabilidade, controle e participação social. A promoção da saúde através de plantas medicinais envolve valores culturais historicamente construídos, e pode e deve ser vivenciada dentro do serviço de saúde, proporcionando, entre outras vantagens, uma aproximação do usuário com o sistema (BARROS, 2006).

Porém, não basta os governos instituírem, nos sistemas oficiais, a medicina alternativa ou mesmo a promulgação legal para garantir a sua oferta com qualidade; faz-se necessária a promoção de espaços de discussão tanto no âmbito acadêmico quanto nos serviços, considerando as dificuldades e os benefícios para o uso de um “novo” paradigma de cuidar (SOUZA; VIEIRA, 2005).

A importância da orientação dos profissionais das estratégias de saúde da família a cerca do uso de plantas no tratamento de doenças.

No panorama nacional, desde a ocorrência do Movimento Sanitário e das lutas pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 1970 e 1980, e, ainda, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, afirmou-se a importância do papel governamental na promoção da saúde como direito fundamental da cidadania, obrigando o Estado, assim, a garanti-la a todos os cidadãos, sendo o acesso igualitário aos serviços e estes hierarquizados e com gestão descentralizada. Firmaram-se, portanto, os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade, integralidade, participação e descentralização (BRASIL, 2006c).

Em 1994, o Ministério da Saúde (MS) criou o Programa de Saúde da Família (PSF), com o propósito de reorganizar a prática da atenção à saúde, uma vez que o modelo tecnicista/hospitalocêntrico não mais atendia às necessidades advindas das mudanças do mundo moderno. Assim, o PSF surgiu como uma nova maneira de trabalhar em saúde, tendo a família como centro da atenção e desenvolvendo uma nova visão da comunidade em que não se espera que o indivíduo busque por assistência, e, sim, que aja preventivamente (ROSA; LABATEC, 2005).

É importante enfatizar que a realidade de grande parte da população brasileira, ainda hoje, é marcada pela precariedade e desigualdade no que diz respeito ao acesso aos medicamentos e tratamentos médicos necessários, característica predominante nos usuários da atenção básica. Esse fato culmina na busca crescente por terapias alternativas a fim de alcançar a melhoria da qualidade da saúde, dentre as quais se destaca a utilização da fitoterapia. Esses produtos são obtidos por meio de plantas medicinais, ou seus derivados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, tendo como método de extração diferentes preparações (BRASIL, 2009).

A oferta de serviços de fitoterapia na atenção primária a saúde é uma prática de assistência complementar que gera resultados significativos para a saúde do usuário, por isso a importância da participação dos profissionais da ESF, no contexto de conhecer os saberes e as culturas da população de modo a buscar no conhecimento científico, as bases para orientação adequada de seus conhecimentos.

Muitos são os benefícios desta prática oriunda do conhecimento tradicional que foi adaptada e transformada em prática de cunho científico orientada pelos princípios do SUS. Destaca-se como benefícios, a validação do conhecimento tradicional, a familiarização com a proposta terapêutica, a troca de saberes e construção do conhecimento sobre plantas medicinais fortalecendo o seu uso racional, maior assiduidade da comunidade nas reuniões de educação em saúde, maior envolvimento do usuário em seu tratamento e possibilidade de redução da medicalização excessiva pelo acréscimo de novas opções terapêuticas (BATISTA; VALENÇA, 2012).

Desse modo, pode-se constatar que a utilização de fitoterápicos vem crescendo, de acordo com o contexto cultural de cada população, no entanto, ele não ocorre de modo orientado, visto que grande parte das indicações é baseada no saber popular, não havendo para isso um estudo científico mais elaborado, nesse contexto, de uso

indiscriminado e informal, a figura do enfermeiro surge como peça-chave para a melhoria dos tratamentos fitoterápicos, principalmente os profissionais vinculados à Equipe Saúde da Família (ESF), uma vez que criam maiores vínculos com a comunidade, que possui maior acessibilidade ao atendimento em saúde. Ressalte-se, portanto, a importância da valorização da cultura popular pelos profissionais de saúde, por meio da busca pelo conhecimento aprofundado da realidade em que a equipe de saúde está inserida (TROVO; SILVA, 2003).

Porém estudos demonstram a falta de conhecimento aprofundado sobre tal prática, o que gera uma desqualificação na assistência, já que por ser o enfermeiro o profissional da atenção básica de maior contato direto com a população, por meio da consulta de enfermagem, ele precisa ter suas orientações respaldadas cientificamente para garantir a eficácia da terapêutica e a segurança da clientela (FRANÇA et al., 2008).

De acordo com Silva et al. (2014), A utilização inadequada de determinado fitoterápico ou droga vegetal mesmo de baixa toxicidade, pode induzir distúrbios graves desde que preexistam outros fatores de risco tais como contraindicações ou uso concomitante de outros medicamentos. Torna-se imprescindível que os usuários recebam orientações adequadas para que haja uma utilização de forma correta e racional dos fitoterápicos como o modo de preparo, as contraindicações e as indicações do fitoterápico para cada patologia apresentada.

Para Sampaio et al., (2011), torna-se, portanto, indispensável a capacitação dos profissionais, em especial o enfermeiro para a eficácia e segurança no uso da fitoterapia na Atenção Básica, uma vez que, eles são os principais multiplicadores das orientações dentro da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de plantas no tratamento de doenças e infecções é uma prática milenar que vem desde o início da humanidade, tendo seus efeitos reconhecidos cientificamente, e sendo regulamentada pela organização mundial de saúde e por leis federais em vários países. No Brasil o uso da fitoterapia é reconhecido como fonte alternativa de tratamento e vem sendo fortalecido, pois a promoção da saúde através de plantas medicinais envolve valores culturais historicamente construídos, e pode e deve ser vivenciada dentro dos serviços de saúde, em especial nas estratégias de saúde da família, proporcionando entre outras vantagens, uma aproximação do usuário com o sistema. Porém é necessário que todos os profissionais das estratégias sejam conhecedores dessas práticas, em especial o enfermeiro pois este profissional mantém um maior vínculo com a população de modo a conhecer de perto seus saberes e costumes, a orientar a população e unir o conhecimento científico ao conhecimento empírico, para este processo faz-se necessário a promoção de espaços de discussão tanto no âmbito acadêmico quanto nos serviços, e capacitação dos profissionais das estratégias de saúde da família, considerando as dificuldades e os benefícios para o uso de um novo paradigma de cuidar. A realização desta pesquisa possibilitou-me alcançar os objetivos propostos,

contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico científico, a cerca do tema em questão. Possibilitando uma enorme realização quanto profissional da saúde e multiplicadora de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 156 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/miolo_CAP_31.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: MS; 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. O SUS no seu município: Garantindo saúde para todos/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). A Fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde; 2006^a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A construção do SUS: histórico da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: MS; 2006c.
- BRASIL. Portaria nº 971. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2006b; 4 maio.
- BATISTA, L. M.; VALENÇA, A. M. G. A fitoterapia no âmbito da atenção básica no SUS: realidades e perspectivas. *Pesq Bras odontoped clin Integr.* 2012; 12 (2): 293-96.
- BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, C. M. M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. *Ciênc Saúde Coletiva.* 2012; 17(10):2675-85.
- BRASILEIRO, G. B.; PIZZIOLO V. R., MATOS, D. S.; GERMANO, A. M.; JAMAL, C. M. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no “Programa de Saúde da Família”, Governador Valadares-MG. *Rev Bras Ciênc Farm.* 2008; 44(4):630-6.
- BARROS, N. F. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: uma ação de inclusão. *Ciencias e Saude Coletiva,* 2006; 11(3):850.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. *Metodologia Científica.* 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- FRANÇA, I. S. X.; SOUZA, J. A.; BAPTISTA, R. S.; BRITTO, V. R. S. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. *Rev Bras Enferm.* 2008;61(2):201-8.
- ISERHARD, A. R. M.; BUDÓ, M. L. D.; NEVES, E. T.; BADKE, M. R. Práticas culturais de cuidados de mulheres mães de recém-nascido de risco do Sul do Brasil. *Esc Anna Nery.* 2009. Jan-Mar; 13(1):116-22.
- KALLUF, L. J. H. Fitoterapia funcional: dos princípios ativos à prescrição de fitoterápicos. 1.ed. São Paulo: VP Editora, 2008. 304p.
- KUREBAYASHI, L. F. S.; FREITAS, G. F.; OGUISSO, T. Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras. *Revista da Escola de Enfermagem, São Paulo,* v. 43, n. 4, p.930-936, dez. 2009.
- ROSA, R. L.; BARCELOS, A. L. V.; BAMPI, G. Investigação Do Uso De Plantas Medicinais No Tratamento De Indivíduos Com Diabetes Melito Na Cidade De Herval D’ Oeste. *Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu,* V.14, N.2, P.306-310, 2012.
- ROSA, C. D. A.; CÂMARA, S. G; BÉRIA, J. U; Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde . *Ciência & Saúde Coletiva,* 16(1):311-318, 2011.
- ROSA, W. A. G; LABATE, R. C. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. *Rev Latinoam Enferm.* 2005;13(6):1027-34.
- SAMPAIO, L. A; OLIVEIRA, D. R.; KERNTOPF, M. R.; JÚNIOR, F. E. B; MENEZES, I. R. A. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia. Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2011. Enfermeira. Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato. 2011
- SHU, Y. Z. Recent natural products based drug development: a pharmaceutical industry perspective. *Journal of Natural Products,* v.61, p.1053-71, 2005.
- SILVA, Y. A.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, M. S. A. S.; PESSOA, T. R. R. F. Os Fitoterápicos na Atenção Básica: Atividade do PET-Saúde com Portadores de Doenças Crônicas não Transmissíveis. *Revista brasileira de ciências da Saúde* 18(Sup.2):157-162, 2014.
- SOUZA, I. M. C., VIEIRA, A. I. C. Serviços públicos de saúde e a medicina alternativa. *Cien Saude Colet* 2005; 10(Supl.):255-266.
- SAFORCADA E. Perspectiva ecológico-sistémica de la salud. In: Saforcada E, Sarriera JC, organizadores. *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitaria.* Buenos Aires: Paidós; 2008. p. 49-74
- TROVO, M. M.; SILVA, M. J. P.; LEÃO, E. R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado:

análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem.
Rev Latinoam Enferm. 2003;11(4):326-32.

TUROLLA, M. S. R.; NASCIMENTO, E. S. Informações
toxicológicas de alguns fitoterapicos utilizados no Brasil.
Rev Bras Cienc Farm. v.42, n.2. 2006

TESKE, M.; TRENTINI, A. M. Herbarium compêndio de
fitoterapia. 4.ed. Curitiba: Herbarium Laboratório
Botânico Ltda, 2001. 318p.